



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS

CONCURSO PÚBLICO

CADERNO DE PROVAS PARTE II

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
PROVA DISCURSIVA

CARGO 11: ANALISTA

ÁREA: JURÍDICA

Nível Superior
MANHÃ

ATENÇÃO!

Leia atentamente as instruções constantes na capa da Parte I do seu caderno de provas.

- 1 Nesta parte II do seu caderno de provas, confira atentamente os seus dados pessoais e os dados identificadores de seu cargo transcritos acima com o que está registrado em sua **folha de respostas** e na sua **folha de texto definitivo da prova discursiva**. Confira também o seu nome, o nome e número de seu cargo no rodapé de cada página numerada desta parte II de seu caderno de provas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito, ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados identificadores de seu cargo, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Você deve estar sempre consciente de que sua cabeça cria seu mundo.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

Pedro, seu filho Paulo, dez outras pessoas, o piloto e o copiloto viajavam de avião quando sofreram grave acidente aéreo. Após vinte dias, a equipe de resgate havia encontrado apenas 10 corpos, em grande parte, carbonizados, fato que dificultou a identificação, e encerrou as buscas. Nove corpos foram identificados e nenhum era de Pedro ou de Paulo. A perícia concluiu pela impossibilidade de haver sobrevivente.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Essa situação configura típico caso de morte civil, que a lei considera como fato extintivo da pessoa natural.
- B** Trata-se de morte presumida, sem decretação de ausência.
- C** Nessa situação, deve ser declarada a ausência, somente podendo ser considerado como morto presumido nos casos em que a lei autoriza a abertura da sucessão definitiva.
- D** Nesse caso, não há de se falar em comoriência, por tratar-se de circunstância vedada na legislação vigente.
- E** O desaparecimento de Pedro e Paulo impõe preliminarmente a nomeação de curador para administrar os bens dos ausentes, se houver, devendo o juiz, de ofício, declarar ambos como ausentes e promover, em seguida a sucessão provisória.

QUESTÃO 32

Acerca de capacidade e emancipação no direito brasileiro, assinale a opção correta.

- A** A capacidade de fato é inerente a toda pessoa, pois se adquire com o nascimento com vida; a capacidade de direito somente se adquire com o fim da menoridade ou com a emancipação.
- B** O negócio jurídico praticado pessoalmente por pessoa absolutamente incapaz é anulável, seus efeitos são *ex nunc* e o juiz poderá conhecer da nulidade a requerimento dos interessados, do Ministério Público ou mesmo de ofício.
- C** A emancipação pela concessão dos pais ocorre mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.
- D** Os ébrios habituais são absolutamente incapazes e seus atos são considerados nulos, não competindo ao juiz convalidá-los, nem a requerimento dos interessados.
- E** Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, são considerados pessoas absolutamente incapazes.

QUESTÃO 33

Acerca do direito das obrigações e dos contratos, assinale a opção correta.

- A** Se, na dação em pagamento, o credor for evicto da coisa recebida em pagamento, será restabelecida a obrigação primitiva, ficando sem efeito a quitação dada. Assim, se na obrigação primitiva houvesse uma garantia fidejussória, o fiador voltaria a responder pela obrigação originária.
- B** As arras penitenciais e as confirmatórias admitem arrependimento, porém, no caso das penitenciais, além do valor do sinal, cabe ao prejudicado exigir a indenização suplementar.
- C** Na hipótese de total inadimplemento de um contrato, no qual as partes tenham estabelecido cláusula penal compensatória, tem o credor o arbítrio de exigir a satisfação da pena cominada, juntamente com o desempenho da obrigação principal.
- D** O fiador está exonerado da obrigação se houver novação realizada, sem seu consentimento, com o devedor principal.
- E** É nulo o pagamento feito ao credor putativo, ainda que tenha sido feito de boa-fé, salvo se provar que se reverteu em favor do legítimo credor.

QUESTÃO 34

José é marítimo e se encontra embarcado no navio Mar Aberto, registrado/matriculado no porto de Salvador – BA, que está atracado no porto de Santos – SP, com carga de produto químico originária de Camaçari – BA.

Tendo como referência essa situação hipotética, assinale a opção correta acerca do domicílio, conforme estabelecido no Código Civil.

- A** O domicílio de José é o lugar em que for encontrado, denominado domicílio aparente ou ocasional.
- B** O domicílio de José é o porto de Santos – SP, onde se encontra atracada a embarcação em que ele trabalha.
- C** José é considerado como pessoa sem domicílio, por não possuir residência com ânimo definitivo.
- D** O domicílio de José é o comando a que estiver imediatamente subordinado.
- E** O domicílio de José é Salvador, lugar onde está registrada/matriculada a embarcação.

QUESTÃO 35

Segundo o Código Civil, considera-se possuidor aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de alguns dos poderes inerentes à propriedade. Em relação à posse e aos direitos do possuidor, assinale a opção correta.

- A** Considera-se de boa-fé a posse que não é violenta nem clandestina.
- B** Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas as benfeitorias úteis e as necessárias.
- C** Desforço incontinente é o direito subjetivo do possuidor turbado ou esbulhado de exercer a defesa da posse com a própria força. Os atos de desforço são restritos ao possuidor direto, mas não podem ser usados contra o indireto.
- D** O possuidor de boa-fé tem direito à indenização pelas benfeitorias úteis, necessárias e voluptuárias, mas somente pode exercer o direito de retenção em relação às benfeitorias úteis e necessárias.
- E** A prova da propriedade obsta que se conceda a manutenção ou a reintegração da posse.

QUESTÃO 36

Nos termos do Código de Processo Civil (CPC), assinale a opção correta acerca dos atos processuais.

- A** Decisão interlocutória é ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questões incidentais ou de mérito, de ofício ou a requerimento das partes.
- B** Os atos e os termos processuais podem ser produzidos, transmitidos e armazenados por meio eletrônico, desde que observada a forma estabelecida em lei, não se admitindo, porém, que a assinatura do juiz possa ser feita eletronicamente.
- C** Em regra, os atos das partes que consistam em declaração unilateral ou bilateral de vontade têm efeito imediato, no que concerne à modificação ou extinção dos direitos processuais, porém, nos termos do CPC, a desistência da ação somente produz efeito após ter sido homologada por sentença.
- D** Em decorrência do princípio da publicidade, os atos processuais são sempre públicos. Não obstante, se houver requerimento das partes ou do Ministério Público, desde que demonstrado o interesse público, pode o juiz restringir o acesso aos autos, como ocorre em alguns processos referentes a casamento, separação e conversão em divórcio, mas não há de se falar, nesses casos, em segredo de justiça, tendo em vista não haver interesse de menores.
- E** Atos e termos processuais são formais, solenes e dependem de forma expressa em lei; não havendo expressamente em lei, aplicam-se à forma geral dos atos processuais, reputando-se inválidos os que forem realizados de outro modo, ainda que preencham a sua finalidade essencial.

QUESTÃO 37

Acerca das ações possessórias, assinale a opção correta.

- A** Ao possuidor que for esbulhado, total ou parcialmente em sua posse, o remédio jurídico cabível é a ação de interdito proibitório.
- B** Quando o interdito possessório é intentado dentro do prazo de ano e dia da turbação ou do esbulho, o juiz, desde que observados os pressupostos legais, pode deferir, sem ouvir o réu, a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração da posse.
- C** Em caso de ameaça de turbação ou esbulho, cabe ao prejudicado intentar ação de manutenção da posse.
- D** É defeso ao réu, na contestação, demandar a proteção possessória contra o autor, devendo manejar o pedido em processo próprio.
- E** Ao autor não é permitido cumular ao pedido possessório o de condenação em perdas e danos, tendo em vista o procedimento especial que rege as possessórias.

QUESTÃO 38

No decorrer de um processo de execução, o devedor transferiu, a título gratuito, por meio de contrato de doação, o domínio de um imóvel de sua propriedade para sua companheira, com quem vivia em união estável há quatro anos. Em razão da referida doação o devedor foi reduzido à insolvência.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** A referida doação constitui-se como um típico caso de fraude contra credores.
- B** Não há de se falar em vício no referido ato de doação, tendo em vista que a execução não recaía sobre o bem objeto da doação.
- C** A doação é irrelevante no contexto da lide, considerando que ambos não são casados e não há vínculo capaz de ensejar vício no negócio jurídico da alienação do imóvel.
- D** Como não há garantia hipotecária, o credor poderia questionar, em razão do estado de insolvência, que a doação em si caracteriza-se como lesão e, assim, o negócio é anulável.
- E** A doação ocorrida, que até mesmo reduziu o devedor ao estado de insolvência, caracteriza-se como fraude à execução.

QUESTÃO 39

No que concerne à competência no âmbito do direito processual civil, assinale a opção **incorreta**.

- A A incompetência relativa é arguida por exceção, deve ser alegada pelo réu na primeira oportunidade que se manifestar nos autos, sob pena de preclusão e consequente prorrogação de competência do juiz competente.
- B A incompetência absoluta é matéria de ordem pública, arguida em preliminar de contestação, podendo ser averiguada pelo juiz de ofício.
- C Cabe ação rescisória para que se conheça da incompetência absoluta.
- D Nada impede que a questão da incompetência absoluta seja solucionada ou modificada, quando as partes estabelecem cláusula contratual, como ocorre quando as partes estabelecem o foro de eleição.
- E O juiz pode conhecer, de ofício, da nulidade da cláusula de foro de eleição em contrato de adesão, e declinar de competência para o juízo de domicílio do réu.

QUESTÃO 40

Pressuposto processual é a existência e a validade da relação jurídica processual. Nesse contexto, assinale a opção correta.

- A Toda petição inicial deve conter um pedido, pois o pedido propriamente dito, a causa de pedir e a própria jurisdição constituem os elementos ou pressupostos de validade da relação jurídica processual.
- B As exceções processuais, a exemplo das convenções de arbitragem, são pressupostos processuais e devem ser conhecidas de ofício pelo juiz.
- C A petição apta e a citação válida constituem o que a doutrina denomina existência da relação jurídica processual.
- D Os pressupostos processuais são requisitos para a resolução do mérito, analisados de ofício pelo juiz, antes até mesmo da condição da ação, e estão relacionados à própria existência e ao desenvolvimento da relação jurídica processual.
- E Não concorrendo às condições da ação, o juiz, exclusivamente a requerimento dos interessados, que deverão requerer na primeira oportunidade que lhe couber falar nos autos, extingue o processo, sem julgamento do mérito.

QUESTÃO 41

Carla comprou uma televisão de plasma em três prestações. Para isso emitiu, no ato da compra, três cheques pré-datados para pagamento dentro de trinta, sessenta e noventa dias. O primeiro cheque foi compensado na data aprazada. Contudo, o segundo e o terceiro cheque foram descontados 10 dias após o primeiro.

Com base nessa situação hipotética e na legislação que rege os cheques, assinale a opção correta.

- A A legislação que rege o cheque o considera, em princípio, uma ordem de pagamento à vista. No entanto, a lei admite excepcionalmente a emissão de cheques pré ou pós-datados, desde que isso seja expressamente acordado entre as partes.
- B O cheque é uma ordem de pagamento à vista, não se admitindo, a teor da legislação que o rege, a emissão de cheques pré ou pós-datados. Dessa forma, a atitude do comerciante que depositou os cheques antes do acordado não será passível de nenhuma responsabilização no direito brasileiro.
- C Se um dos cheques emitidos por Carla apresentar discrepância entre a quantia indicada em algarismos e a quantia indicada por extenso, prevalecerá sempre a de menor valor.
- D É certo que a legislação brasileira considera o cheque como uma ordem de pagamento à vista, não havendo previsão legal para cheque pré ou pós-datado. No entanto, é entendimento sumulado do STJ que a apresentação antecipada do cheque pré-datado causa dano moral por quebra do acordo entre partes e ofensa à boa-fé objetiva.
- E Seria juridicamente possível que o vendedor da televisão aceitasse o parcelamento, desde que estipulasse juros em cada cheque. Assim, no próprio cheque já estariam estipulados os juros correspondentes aos pagamentos em trinta, sessenta e noventa dias.

QUESTÃO 42

Acerca das operações societárias, assinale a opção correta.

- A Fusão é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações. Uma vez constituída a nova companhia, incumbirá aos primeiros administradores promover o arquivamento e a publicação dos atos da fusão.
- B O princípio e o fundamento constitucional da livre iniciativa garantem às sociedades empresárias o direito de se fundirem e ampliarem seu domínio de mercado, sendo inconstitucional qualquer diploma normativo ou tentativa de restringir, limitar ou condicionar esse direito.
- C A incorporação, fusão ou cisão somente podem ser operadas entre sociedades de tipos iguais e deverão ser deliberadas na forma prevista para a alteração dos respectivos estatutos ou contratos sociais.
- D Fusão e incorporação são termos sinônimos, por isso a lei os menciona na mesma seção indistintamente. A fusão (ou incorporação) ocorre quando duas ou mais sociedades perdem sua personalidade jurídica e se unem para formar uma sociedade nova.
- E A cisão é o processo oposto ao da fusão e ocorre quando uma sociedade dá origem a duas ou mais novas sociedades. O direito brasileiro admite apenas a cisão total, com a extinção da personalidade jurídica da sociedade cindida.

QUESTÃO 43

Lucas e Guilherme resolvem montar uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada. O capital social escolhido foi R\$ 50.000,00. Lucas ingressará com 90% do capital social, enquanto Guilherme contribuirá com o restante. Por conta disso, eles resolvem dar à sociedade o nome de Lucas e Cia. Limitada.

Diante dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Verifica-se que os sócios escolheram um nome comercial do tipo firma ou razão social e, por causa disso, apenas o sócio cujo patronímico figura no nome empresarial terá responsabilidade ilimitada.
- B** Independentemente de integralização ou não das quotas, a responsabilidade de Lucas se limita a R\$ 40.000,00, pois foi esse o montante de sua contribuição para o capital social. Já a de Guilherme se limitará a R\$ 10.000,00.
- C** Caso o capital social já esteja integralizado, Lucas e Guilherme não mais podem ser responsabilizados pessoalmente por dívidas da sociedade. Caso ainda reste capital social a integralizar, os dois sócios poderão ser demandados para responder, solidariamente e com direito de regresso entre si, até o montante do capital social ainda não integralizado.
- D** Uma vez que foi escolhido o nome Lucas e Cia. Limitada, obrigatoriamente o título do estabelecimento deverá ser igual, sob pena de responsabilização dos sócios.
- E** Ao contrário da marca, que se refere obrigatoriamente a um produto ou qualidade de serviço prestado e é protegida pelo sistema de registros do comércio, o título e o nome empresarial são conceitos relacionados às obrigações assumidas pelo empresário no mundo negocial, não possuindo nenhuma proteção formal.

QUESTÃO 44

Acerca dos órgãos societários que compõem as sociedades anônimas no direito brasileiro, assinale a opção correta.

- A** O conselho de administração é um órgão de administração colegiada cuja função é agilizar o processo de tomada de decisões na companhia. Sua presença é obrigatória em todas as sociedades anônimas, exceto nas sociedades de economia mista, já que nestas o poder de controle encontra-se com o poder público, que é o acionista majoritário.
- B** A assembleia geral é o órgão máximo da sociedade anônima, de caráter exclusivamente deliberativo, que reúne todos os acionistas com ou sem direito a voto. Pode ser de dois tipos, ordinária e extraordinária, sendo obrigatória a designação de datas diferentes para a realização de ambas.
- C** O conselho de administração é considerado como órgão deliberativo e fiscalizador, integrado por, no mínimo, cinco pessoas, acionistas ou não, com competência para qualquer matéria de interesse social, exceto as privativas da assembleia geral.
- D** A diretoria é o órgão que efetivamente executa a vontade da sociedade, possuindo, também, a sua representação. Pode-se dizer que é o órgão executivo da companhia, sendo necessária a qualidade de acionista para ocupar o cargo de diretor.
- E** A diretoria é composta de pelo menos dois membros eleitos e destituíveis pelo conselho de administração ou, na ausência deste, pela assembleia geral. Os membros devem ser escolhidos entre pessoas físicas residentes no país, para mandato não superior a três anos, admitida a reeleição.

QUESTÃO 45

A sociedade Delta S.A. está passando por uma forte crise financeira e patrimonial. Na tentativa de sair dessa crise, a empresa procurou maximizar suas vendas e, para isso, chegou a vender seus produtos e bens do ativo a preço bem abaixo do custo. Entretanto, sem conseguir solucionar o problema da empresa, Ricardo, sócio majoritário e administrador, decide ausentar-se do país sem deixar representante habilitado e, antes disso, vende o imóvel que constitui a sede da empresa para seu filho, utilizando-se de interposta pessoa.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Não resta dúvida de que o devedor praticou o que a doutrina majoritária chama de atos de falência. Dessa forma, ante a evidência dos fatos, qualquer credor poderá requerer a falência da sociedade Delta S.A., que será concedida pelo juiz liminarmente, sem necessidade de dilação probatória.
- B** Caso a falência da Delta S.A. seja requerida por seus credores e aceita pelo juiz, a sentença declaratória da falência declarará a proibição da prática de qualquer ato de disposição ou oneração de bens do falido, podendo ordenar a prisão preventiva de Ricardo se houver provas da prática de crime falimentar.
- C** No caso em tela, Ricardo praticou o vício da simulação ao vender a sede da empresa a seu filho, utilizando-se de interposta pessoa. Tal vício torna anulável o negócio jurídico, nos termos do Código Civil.
- D** Se a empresa Delta S.A. fosse uma instituição financeira, ela se sujeitaria à intervenção do Banco Central e à intervenção extrajudicial, não cabendo em nenhuma hipótese a decretação de sua falência.
- E** No caso em apreço, Ricardo praticou o vício de fraude contra credores ao vender a sede da empresa a seu filho por meio de interposta pessoa. Esse vício, segundo o código civil, encontra-se no rol daqueles que tornam nulo de pleno direito o negócio jurídico realizado.

QUESTÃO 46

Acerca dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, assinale a opção correta.

- A** Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, mediante controle externo, é uma função típica do Congresso Nacional.
- B** Entre as atribuições do presidente da República, encontra-se a de dispor, mediante decreto, sobre a extinção de funções ou cargos públicos, em qualquer situação.
- C** O presidente da República exerce a função de comandante supremo das Forças Armadas, atribuição considerada mero título honorífico.
- D** Cabe ao Supremo Tribunal Federal (STF) processar e julgar o presidente da República por crime comum, havendo perpetuação dessa competência quando cessar o mandato, circunstância que não acarreta a remessa dos autos à justiça de 1.º grau.
- E** Compete ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância pelos tribunais regionais federais ou pelos tribunais dos estados, do Distrito Federal e territórios, quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal.

QUESTÃO 47

Com base no controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- Ⓐ Embora o Poder Executivo possa negar-se a aplicar ato normativo manifestamente inconstitucional, exercendo o controle de constitucionalidade repressivo, não há previsão no ordenamento jurídico brasileiro para que exerça também o controle de constitucionalidade preventivo.
- Ⓑ Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial, podem os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público.
- Ⓒ As emendas constitucionais não podem ser objeto de controle de constitucionalidade, pois introduzem no ordenamento normas de natureza constitucional.
- Ⓓ A declaração de inconstitucionalidade na ação direta de inconstitucionalidade produz eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- Ⓔ O presidente da República não possui legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade, haja vista poder exercer o seu poder de veto, na Constituição Federal (CF).

QUESTÃO 48

Quanto aos direitos fundamentais e à tutela constitucional das liberdades, assinale a opção correta.

- Ⓐ A CF prevê direito à indenização por dano material, moral e à imagem, consagrando ao ofendido a reparabilidade em virtude dos prejuízos sofridos, não sendo possível, por essa razão, pedido autônomo de indenização por danos morais, sem que tenha havido dano material concomitante.
- Ⓑ Dispõe a CF que nenhum brasileiro pode ser extraditado, nem concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- Ⓒ As ações de *habeas corpus* e *habeas data* são gratuitas.
- Ⓓ Será cabível, em qualquer circunstância, manejo de mandado de segurança para proteger direito líquido e certo quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.
- Ⓔ Somente o brasileiro nato possui legitimação constitucional para propositura de ação popular, desde que esteja em dia com seus deveres políticos.

QUESTÃO 49

No que tange aos princípios e poderes da administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ No direito brasileiro, o termo administração pública designa pessoas e órgãos governamentais, mas não a atividade administrativa em si mesma.
- Ⓑ A observância, por parte da administração, dos princípios da ampla defesa e do contraditório não encontra previsão expressa na CF.
- Ⓒ Poder de polícia é a faculdade de que dispõe a administração pública de condicionar ou restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais em benefício do próprio Estado ou do administrador.
- Ⓓ A legalidade, como princípio da administração, significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de expor-se a responsabilidade disciplinar, civil ou criminal, conforme o caso.
- Ⓔ O poder regulamentar é a faculdade de que dispõe o chefe do Poder Executivo de explicar a lei para a sua correta execução, podendo restringir ou ampliar suas disposições.

QUESTÃO 50

Acerca de atos e contratos administrativos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Autorização de uso é o ato administrativo pelo qual o poder público consente que determinado indivíduo utilize bem público de modo privativo, atendendo primordialmente aos interesses da administração, devendo ser precedido de licitação.
- Ⓑ Para celebração de contrato administrativo, exige a lei a realização de procedimento para escolha da melhor proposta, denominado licitação, a qual se revela obrigatória, em qualquer circunstância, para contratação de obras e serviços.
- Ⓒ Cláusulas de privilégio, também denominadas cláusulas exorbitantes, são as prerrogativas conferidas ao administrado na relação do contrato administrativo, entre as quais se destaca a possibilidade de alteração ou rescisão unilateral do contrato.
- Ⓓ A modalidade de licitação adequada a contratações de grande vulto é a concorrência, por comportar procedimento menos formal.
- Ⓔ Finalidade é o elemento pelo qual todo ato administrativo deve estar dirigido ao interesse público, pois o intuito da atividade do administrador é sempre o bem comum.

QUESTÃO 51

Assinale a opção correta acerca das limitações constitucionais do poder de tributar.

- A** Constitui ofensa ao princípio da legalidade a atualização do valor monetário da base de cálculo de imposto municipal que importe no aumento do valor anteriormente cobrado.
- B** É vedada a cobrança de pedágio, pela utilização de vias conservadas por concessionárias de serviços públicos, em razão do princípio constitucional tributário que proíbe a limitação ao tráfego de pessoas ou bens.
- C** Deve obediência ao princípio da anterioridade tributária a lei municipal que altera o período de recolhimento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) que, nos anos anteriores, deveria ser pago entre os meses de abril e junho, passando a ser cobrado no período compreendido entre os meses de janeiro e março de cada ano.
- D** Pela jurisprudência do STF, a vedação constitucional à instituição de impostos sobre os livros, bem como sobre os papéis destinados à sua impressão, não alcança álbuns de figurinhas, nem apostilas de concursos públicos.
- E** A imunidade recíproca não alcança o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados.

QUESTÃO 52

Considerando que a Receita Federal do Brasil edite instrução normativa com vistas a aprovar modelos de documentos a serem utilizados por contribuintes, de acordo com as disposições do Código Tributário Nacional, esse ato normativo, se for omissivo, deverá entrar em vigor

- A** trinta dias após a publicação.
- B** quarenta e cinco dias após a publicação.
- C** na data da confecção da instrução normativa.
- D** na data de sua publicação.
- E** noventa dias após a publicação.

QUESTÃO 53

Considerando que dois sócios sejam proprietários de certo imóvel comercial, na proporção de 50% para cada um, e que estejam em débito quanto ao pagamento do IPTU, assinale a opção correta acerca da solidariedade tributária.

- A** A solidariedade entre os sócios é imposta pela lei.
- B** O pagamento de parte do imposto por um dos sócios não beneficia o outro.
- C** A isenção de crédito exonera os dois sócios, mesmo se outorgada pessoalmente a um deles.
- D** A referida solidariedade admite benefício de ordem.
- E** A interrupção da prescrição contra um dos sócios favorece o outro.

QUESTÃO 54

Acerca do direito financeiro nacional, assinale a opção correta.

- A** É lícito que a lei de orçamento contenha autorização do Poder Executivo para realizar, em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.
- B** A lei de orçamento deve consignar dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.
- C** Reputam-se receitas correntes os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital e ainda o *superavit* do orçamento corrente.
- D** As receitas tributárias incluem-se no conceito de receitas de capital, compreendendo os recursos provenientes do recolhimento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições sociais.
- E** As transferências correntes são dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

QUESTÃO 55

As despesas públicas de capital são aquelas destinadas a custear

- A** material de consumo da administração pública.
- B** obras públicas.
- C** pessoal inativo.
- D** salário-família e abono familiar.
- E** juros da dívida pública.

QUESTÃO 56

São requisitos que caracterizam o vínculo de emprego:

- A** a onerosidade, a exclusividade, a subordinação jurídica e a alteridade.
- B** a eventualidade, a pessoalidade, a onerosidade e a subordinação jurídica.
- C** a subordinação, a continuidade, a onerosidade e a pessoalidade.
- D** a exclusividade, a continuidade, a subordinação e a alteridade.
- E** a alteridade, a onerosidade, a autonomia e a continuidade.

QUESTÃO 57

No que se refere ao direito do trabalho, assinale a opção correta.

- Ⓐ Conforme pensamento dominante atual do Tribunal Superior do Trabalho (TST), a contratação de servidor público sem prévia aprovação em concurso público encontra óbice na CF, sendo, todavia, garantido a este servidor o direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.
- Ⓑ O contrato por prazo determinado somente é válido apenas quando se trata de contrato de experiência ou de serviços cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo.
- Ⓒ É facultado ao empregado sob o regime de tempo parcial converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes.
- Ⓓ A duração de um estágio, na mesma parte concedente, não pode, em hipótese alguma, exceder dois anos.
- Ⓔ Um contrato de aprendizagem não pode, em hipótese alguma, ser estipulado por mais de dois anos.

QUESTÃO 58

Com relação à duração do trabalho, às condições de risco do trabalhador e aos adicionais noturnos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Somente faz jus ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente a condições de risco.
- Ⓑ Mesmo quando exposto, de forma eventual ou extremamente reduzida, a condição de risco, o empregado faz jus ao adicional de periculosidade.
- Ⓒ A interrupção do trabalho destinada a repouso e alimentação — dentro de cada turno ou o repouso semanal — não descaracteriza o turno de revezamento com jornada de seis horas previsto na CF.
- Ⓓ Considere que um trabalhador tenha recebido adicional noturno por mais de um ano. Nesse caso, a eventual transferência deste trabalhador para o período diurno não implica a perda do direito ao adicional noturno, pois tal rubrica integrou o salário para todos os efeitos salariais e rescisórios.
- Ⓔ O trabalho noturno — considerado aquele que é executado no período entre 22 h e 5 h — é vedado ao menor de 18 anos de idade, ressalvada a hipótese de aprendiz.

QUESTÃO 59

No que tange ao processo do trabalho, assinale a opção correta.

- Ⓐ O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho e cabe, no prazo de oito dias, nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
- Ⓑ Havendo litisconsórcio e diferentes procuradores, os prazos processuais para recorrer e falar nos autos devem ser contados em dobro.
- Ⓒ É incabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em ação rescisória de processo trabalhista.
- Ⓓ Considerando a compatibilidade com o processo do trabalho, é legal a exigência de depósito prévio para custeio de honorários periciais, sendo, todavia, incabível o mandado de segurança que vise à realização da perícia.
- Ⓔ Não cabe recurso ordinário ao TST de decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) em agravo regimental interposto contra despacho que conceda ou não liminar em ação cautelar ou em mandado de segurança, uma vez que o processo ainda pende de decisão definitiva do tribunal *a quo*.

QUESTÃO 60

Acerca de ação rescisória, assinale a opção correta.

- Ⓐ É cabível ação rescisória para impugnar decisão homologatória de adjudicação ou arrematação.
- Ⓑ Um pedido de antecipação de tutela formulado nas mesmas condições de uma ação rescisória deve ser recebido como medida acautelatória, por não se admitir tutela antecipada em sede de ação rescisória.
- Ⓒ A legitimidade *ad causam* do Ministério Público para propor ação rescisória, ainda que não tenha sido parte no processo que deu origem à decisão rescindenda, está limitada às situações previstas no CPC.
- Ⓓ Uma ação rescisória calcada em violação de lei admite reexame de fatos e provas no processo que originou a decisão rescindenda.
- Ⓔ É cabível ação rescisória, por violação à CLT, contra decisão que não conhece recurso de revista, com base em divergência jurisprudencial, pois não se trata de sentença de mérito.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

José encontrava-se em situação de perigo iminente. Com o objetivo de remover o perigo, destruiu um bem que pertence a Carlos. Conforme ficou demonstrado, as circunstâncias tornaram a destruição da coisa alheia indispensável à remoção do perigo, e José agiu de modo a não exceder o limite indispensável à remoção desse perigo. Ocorre que Carlos não foi culpado do perigo sofrido por José e, por isso, pretende acioná-lo para obter indenização pelos prejuízos que sofreu.

Tendo como referência a situação hipotética apresentada acima, redija, de forma fundamentada, um texto dissertativo abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ ocorrência de atos ilícitos;
- ▶ responsabilidade pelos danos causados a Carlos;
- ▶ abuso de direito;
- ▶ pressupostos da responsabilidade civil.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	